

TEMAS EM DEBATE

A MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO: DO DISCURSO À AÇÃO

Maria Alice Setúbal Souza e Silva
do CENPEC

A sociedade moderna, através de suas inúmeras conquistas tecnológicas, criou sistemas cada vez mais integrados em nível mundial, ao mesmo tempo que mais complexos e diversificados. Frente a essa realidade, inúmeros trabalhos têm tentado buscar diretrizes para repensar o papel do conhecimento e da escola numa sociedade que sofre, em seu dia-a-dia, rápidas e profundas transformações. As novas tecnologias do conhecimento: computador, vídeo, laser etc. têm colocado em cheque os tradicionais recursos da escola: giz, lousa, livro, caderno...

Se, de um lado, é fundamental que os educadores se debruçam sobre essa realidade, de outro, não podemos ignorar que, no Brasil, problemas de base ainda não foram resolvidos e, portanto, convivemos com setores da economia que se caracterizam por perfis modernizadores interagindo com o restante da sociedade, caracterizado por um perfil tradicional, onde seus integrantes vivem muitas vezes em condições mínimas de sobrevivência.

Se cabe à sociedade, como um todo, pensar em como integrar essa diversidade econômica e social, no âmbito educacional o desafio é acrescido das questões mais específicas relativas ao conhecimento e à escola. Pensar nesses aspectos, hoje, significa entender que o Brasil, às vésperas do século XXI, ainda assiste ao fracasso da escola brasileira em superar questões básicas como alfabetização, formação adequada de professores, cumprimento da Constituição no que diz respeito à formação obrigatória de seus alunos até a 8ª série etc.

A busca de soluções para resolução desses problemas passa pelo entendimento da complexidade e da diversidade da sociedade brasileira. Não existem modelos únicos ou soluções mágicas, mas, nos diferentes foros de debate da atualidade, representantes do governo e da sociedade civil têm apontado para a necessidade de que a escola forme cidadãos capazes de participar da vida política, social e econômica de uma sociedade moderna. Nessa perspectiva, é fundamental que a escola tenha recursos mínimos compatíveis com a sua função primordial que é ensinar, e estabeleça diretrizes pedagógicas consoantes com as vivências e conhecimentos de seus alunos e do mundo que os cerca.

Assim, exige-se que os egressos do sistema escolar possuam conhecimentos e habilidades cognitivas que lhes possibilitem entender e interpretar a enorme quantidade de informações e valores que lhes são transmitidos diariamente via meios de comunicação e/ou as diferentes instituições com as quais mantêm relações, de modo que possam participar mais ativamente da vida social e política. Na esfera econômica, busca-se cada vez mais indivíduos que possuam as habilidades cognitivas básicas de raciocínio e de leitura e escrita, a fim de que possam apreender os treinamentos específicos da área de produção e/ou serviços. A visão taylorista da divisão do trabalho está sendo paulatinamente superada por uma concepção holística de empresa, onde a motivação, envolvimento e participação jogam um papel importante no desempenho das diferentes funções.

Nesse sentido, são as relações escola-sociedade que devem se constituir no foco do debate e da re-

flexão dos educadores, de modo que possam contribuir para a construção de uma escola comprometida com o ensino e com a formação de seus alunos, de acordo com as exigências da sociedade em que vivem.

O desvelamento dessas condições da escola passa necessariamente pela análise das relações escola/professor/aluno/conhecimento/comunidade. Nesse sentido, torna-se absolutamente secundária a discussão que temos assistido nos últimos anos, tanto na escola como nos órgãos governamentais de educação e nos meios acadêmicos, acerca das teorias construtivistas, sócio-construtivistas ou interacionistas.

Parece-nos que pouca importância tem o rótulo que se dê à prática pedagógica, pois muitas vezes defrontamo-nos com um discurso dito construtivista justificado por aspectos secundários à teoria, e não por sua essência. A questão central da elaboração do conhecimento está na capacidade de o professor apreender e organizar as relações fundamentais que perpassam sua prática na sala de aula, de modo que consiga estabelecer objetivos de ensino em conformidade com os objetivos educacionais mais amplos.

Com a finalidade de contribuir para a discussão das relações internas à escola e desta com a comunidade, esboçamos alguns parâmetros que devem ser entendidos como subsídios para a escola refletir sobre sua inserção na sociedade.

Ainda que tenhamos consciência das dificuldades estruturais enfrentadas pelo sistema educacional brasileiro, nossos estudos (Setúbal, 1992, Setúbal e Lomônaco, 1990) têm confirmado a importância fundamental da unidade escolar no processo de ensino e elaboração do conhecimento.

Fatores como a experiência, capacitação e atuação do professor em sala de aula, delimitação e organização do conteúdo a ser trabalhado, assim como o compromisso da escola com o aluno e com a qualidade do ensino, são aspectos que, embora relacionados à estrutura educacional mais ampla, são de responsabilidade direta da unidade escolar. Nesse sentido, cabe aos órgãos centrais viabilizar esse processo de fortalecimento da escola, de modo que ela possa assumir essas responsabilidades.

Estudos recentes (Mello, 1992; Tedesco, 1991; Castro e Oliveira, 1991) têm apontado alguns requisitos para a boa escola:

- a escola como centro de decisões;
- recursos e poder alocados no nível das escolas;
- responsabilidade e prestação de contas pela direção;
- salários competitivos que possam atrair melhores professores;
- pais e mantenedores que se preocupem com a qualidade do serviço educacional e a controlem.

A questão da autonomia e do fortalecimento da escola como centro de decisão insere-se dentro do contexto das sociedades modernas, onde a complexidade dos sistemas sociais e econômicos leva a uma organização onde convivem formas centralizadas e descentralizadas, o pequeno e o grande, o nacional

e o internacional etc. Buscam-se padrões que reflitam equidade com qualidade como fator ordenador das discussões de política educacional.

"A equidade só será alcançada se se lograr êxito em oferecer a todos um patamar básico comum de escolaridade com qualidade. Atingir este patamar, com pontos de partida sociais e econômicos tão desiguais, impõe a necessidade de estimular modelos diferenciados e flexíveis na organização escolar, que desenvolvam formas de gestão pedagógica para cumprir eficientemente a tarefa de ensinar o que deve ser comum a todos. Essa desigualdade nos pontos de partida e a equidade no cumprimento de requisitos básicos comuns, nos pontos de chegada, requer quase que obrigatoriamente maior autonomia das escolas, na medida em que é praticamente impossível prever a diferenciação social a partir de instâncias centralizadas de normalização e planejamento. Por outro lado, requer também fortes mecanismos de compensação financeira e técnica, a fim de que a autonomia não produza efeitos repressivos" (Mello, 1992, p.187).

A colocação de Mello parece-nos fundamental, considerando-se que o fortalecimento da unidade escolar não significa seu abandono pelos órgãos centrais, que devem estabelecer os patamares básicos a serem alcançados nos pontos de chegada, de modo que se garanta a equidade do ensino. De outro lado, essa proposta torna a avaliação um instrumento fundamental de verificação do rendimento dos alunos, de modo que se possam criar programas de compensação para escolas, regiões ou populações específicas que apresentem dificuldades para alcançar o patamar básico.

A ESCOLA E SEUS ATORES

Tomar a unidade escolar como foco de análise implica destacar o diretor como figura central na gestão da escola e, portanto, na articulação das relações que aí se estabelecem. A ele cabe a liderança e a implementação de um projeto educacional comprometido com a formação do aluno e com a qualidade do ensino. Nesse contexto torna-se fundamental pensar o papel do diretor na criação de mecanismos de coordenação que possibilitem ações regulares e contínuas, tanto dentro da escola como em integração com a comunidade. Os Conselhos de Escola e APMs - Associações de Pais e Mestres constituem, nesse modelo, instâncias importantes na definição dos objetivos da escola, ampliando-se assim o conceito de direção: diretor mais Conselho e ou APM.

Com relação ao corpo docente, parece haver um consenso entre os diferentes setores da sociedade acerca da importância do professor e do resgate de seu papel enquanto educador. Esses aspectos nos levam a apontar para a necessidade de o professor perceber-se, e conseqüentemente atuar, como membro de uma instituição: a escola. Essa afirmação parece à primeira vista contrapor-se a uma concepção tão difundida entre os professores, que diz respeito à sua autonomia. Entretanto, em nossa experiência de

trabalho junto aos professores, essa autonomia pode ser traduzida por uma frase proferida inúmeras vezes, pelos mais diferentes docentes: "Eu fecho a porta da minha sala e lá eu faço o que quero, sem que ninguém possa interferir".

Recorrendo a Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, encontramos as seguintes definições para autonomia: "1. Faculdade de se governar por si mesmo; 2. Direito ou faculdade de se reger (uma nação) por leis próprias; 3. Liberdade ou independência moral ou intelectual; 4. Propriedade pela qual o homem pretende poder escolher as leis que regem sua conduta".

Se, hoje, o discurso do professor expressa sua indignação com os baixos salários, a falta de condições e de recursos didáticos para exercer dignamente sua profissão, a interpretação dada à sua autonomia é superficial e imediatista. Uma verdadeira liberdade intelectual e de escolha para orientar sua conduta passa por sua participação no coletivo da escola e, com os demais professores, direção e comunidade, na construção de um projeto educacional do qual se sinta parte integrante. De que adianta sua ação isolada no interior da sala de aula, se não participa do modo de inserção da escola frente ao conhecimento e à comunidade? De que adianta um trabalho isolado durante um ano inteiro, se uma reorganização das classes pode anular o que foi feito, ou se no ano seguinte não houver continuidade, pelo professor da nova série? Que autonomia é essa que se esgota no interior do espaço físico da sala de aula?

Considerar o professor como um educador implica sua inserção como membro da instituição-escola e sua reflexão nesse espaço coletivo sobre questões básicas: Quem são seus alunos? Quais são suas experiências, vivências, conhecimentos? Qual o papel da escola para esses alunos? Que tipo de aluno pretende-se formar? Quais são os objetivos da escola com esses alunos? O que é uma boa escola, aquela que alcança os maiores índices de repetência, e portanto é uma escola forte? ou a boa escola é aquela que consegue fazer com que seus alunos nela permaneçam e um índice significativo deles alcancem a 8ª série? Como fazer com que, a partir de pontos de partida diferenciados, os alunos alcancem pontos de chegada semelhantes?

Essas são apenas algumas questões que uma escola, e portanto cada profissional individualmente e em seu conjunto, deve se colocar a fim de que possa estabelecer diretrizes para sua atuação. A resposta a esses pontos passará necessariamente pela sala de aula, e portanto pela relação central do ensino, ou seja, a relação professor-aluno. Parece-nos que esse caminho que percorremos reflete as inter-relações: professor - sala de aula; professor - aluno - escola; professor - aluno; escola - comunidade; aluno - aluno; escola - sociedade; professor - professor.

Por trás de todas essas relações que envolvem e configuram a escola está a questão do conhecimento, que também traz em seu bojo diferentes relações: professor - conhecimento; aluno - conhecimento; professor - aluno - conhecimento; conhecimento - escola - comunidade.

O desvelamento dessas relações implica a concepção de que o conhecimento é um patrimônio cultural da sociedade e que não existem questões de conteúdo em si e, sim, contextualizadas por uma condição fundamental, que é a compreensão. Desse modo, tanto a relação do professor com o conhecimento como a do aluno com o conhecimento têm como parâmetro o significado dado pela sociedade e pela escola a esse conhecimento, que é essencialmente social. Isso nos leva a questionar qual a concepção de ensino-aprendizagem que tem o professor? E a escola? E a comunidade? Qual o papel do conhecimento no desenvolvimento do indivíduo?

Se a escola tem como diretriz norteadora de sua ação a formação de sujeitos capazes de participar da vida política, social e econômica de uma sociedade moderna, os parâmetros para a reflexão de sua prática pedagógica já estão dados nesse pressuposto inicial pois, nessa perspectiva, não é possível pensar em um ensino descolado da compreensão e da apropriação do conhecimento, em um aluno passivo ou em conteúdos fechados e desarticulados com o mundo em que se vive. Assim, diante de nossa experiência de trabalho junto às escolas e Secretarias de Educação, e dos estudos mencionados anteriormente, consideramos que as respostas às questões colocadas anteriormente devem atentar para os pressupostos que se seguem:

1. A concepção de aluno como um sujeito ativo na elaboração do conhecimento. Esse pressuposto implica considerar que:

- o ponto de partida é o conhecimento já apropriado pelo aluno;
- o ensino relaciona-se diretamente com a aprendizagem;
- o aluno deve ser concebido como uma totalidade, e o desenvolvimento é entendido como uma interação dos fatores psíquicos (função cognitiva e afetiva), sociais e biológicos.

2. A importância do papel do conhecimento na formação dos alunos. Desse pressuposto decorre que:

- o conhecimento é um patrimônio cultural da sociedade, portanto a interação indivíduo/conhecimento implica conceber o social como constituinte de sua formação;
- a escola deve ser vista como local privilegiado para elaboração do conhecimento;
- não é qualquer conteúdo que importa na formação do aluno, mas uma seleção de conteúdos nucleares e significativos para a vivência na sociedade atual;
- a adequada sistematização do conhecimento deve ser entendida como elemento propulsor do desenvolvimento;
- as interações professor-aluno e aluno-aluno são constitutivas da elaboração do conhecimento.

3. A importância do professor na relação aluno/conhecimento. A atuação do professor nessa relação exige competência técnica e compromisso com o aluno, ou seja:

- constante apropriação e reciclagem do conhecimento pelo próprio professor;
- adequada didática de sala de aula;
- concepção de ensino-aprendizagem que leve em conta os aspectos já mencionados anteriormente;
- envolvimento, motivação e compromisso com seu "ensinar" e o "aprender" do aluno;
- responsabilidade pelo estabelecimento das diretrizes pedagógicas e objetivos educacionais propostos pela escola.

Esses três aspectos devem se articular, como já enfatizamos, em torno de uma proposta educacional que tem na unidade escolar seu *locus* e, portanto, sua coordenação.

FINALIZANDO

Ao finalizar essas reflexões acerca dos caminhos da escola na sociedade atual, gostaria de destacar mais uma vez a complexidade das questões aqui discutidas. Como tentamos apontar, a busca de soluções para a superação do fracasso da escola brasileira não pode se guiar por ações isoladas e fragmentadas, pois a questão educacional envolve uma teia de relações entre Estado e sociedade. Ao Estado cabe o cumprimento de seu dever constitucional, de propiciar ensino gratuito de 1^o grau a todos os cidadãos, e estabelecer as diretrizes básicas de uma política educacional. À escola cabe a responsabilidade de buscar caminhos que viabilizem seu projeto educacional, compromissado com seus alunos e com a melhoria da qualidade do ensino que oferece, de modo que possa formar indivíduos capazes de participar da sociedade moderna. À sociedade cabe um papel de participação nas decisões de caráter local, isto é, na escola de seus filhos, em seu bairro, assim como de reivindicar junto às instâncias governamentais a participação nas diretrizes das políticas sociais. Como já mencionamos, a década de 90 assiste ao surgimento de um consenso entre os diferentes setores da sociedade acerca da importância da educação na formação dos cidadãos e da necessidade de se revertem os índices que refletem o fracasso escolar brasileiro.

Para alcançar esse objetivo, é preciso que se tenha claro que historicamente o Estado e a Escola não têm conseguido, isoladamente, implementar políticas e ações que ofereçam um ensino de qualidade à popu-

lação e, portanto, é fundamental que se busquem parcerias e alianças nos diferentes setores da sociedade civil: associações civis e religiosas, sindicatos, empresas e universidades.

Diante da diversidade da realidade educacional brasileira, o estabelecimento dessas políticas poderia se dar através dos Conselhos Estaduais ou Municipais de Educação, que constituiriam órgãos mediadores das relações entre o Estado, a sociedade e a escola. Convocar a sociedade no âmbito municipal, ou regional nas grandes cidades, significa promover foros onde sejam partilhados os deveres e responsabilidades de cada setor para o alcance de um objetivo mais amplo: a construção de uma educação de qualidade compatível com as exigências da sociedade. Para a constituição desses foros, é necessário que se estabeleçam diretrizes políticas claras e que se tenha como aliados os meios de comunicação para a convocação de entidades e empresas da comunidade.

Iniciativas isoladas nessa direção já estão se proliferando e a falta de uma política capaz de abarcá-las acaba por reduzir a capacidade de sua ampliação e de seu impacto nos resultados educacionais.

O caminho é longo e exige um esforço de todos os atores envolvidos: governo, escola, comunidade. Esta última já tem se manifestado e, portanto, faz-se necessário que a escola com ela se articule para refletir, discutir e estabelecer um projeto educacional que contenha diretrizes quanto aos aspectos aqui mencionados: concepção de aluno, de aprendizagem, de ensino, de conhecimento, do papel do professor, do aluno que se pretende formar etc. Um projeto dessa natureza não se constrói de um momento para o outro, mas é preciso que se estabeleçam parâmetros de atuação e prioridades que podem e devem ser reformuladas ao longo do tempo. O importante é começar, é priorizar, é articular-se internamente e com a comunidade para levantar recursos e reivindicar junto aos órgãos governamentais de educação apoio para a consecução de projetos a curto e médio prazo.

Finalmente, mais do que nunca, é preciso caminhar e não se deixar levar pela paralisação apocalíptica. Cada década traz seus desafios e, apesar de tudo, conseguimos avançar bastante nos objetivos colocados nas décadas de 70 e 80 com relação à universalização do acesso à escola. Os anos 90 propõem um novo desafio: não basta o aluno estar na escola, mas numa escola de qualidade. Cabe a nós lutar por essa conquista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Cláudio M., OLIVEIRA, J.B.A. Educação: por onde começar. In: Encontro sobre melhoria da gestão e da educação básica no Brasil. Fortaleza: out. 1991.
- MELLO, Guiomar N. *Autonomia da escola: possibilidades, limites e condições. Qualidade, eficiência e equidade na educação básica*. Brasília: IPEA, p.175-206, nov. 1992. (IPEA, 136)
- SETÚBAL, Ma.Alice S. *A elaboração da escrita no contexto social e escolar*. São Paulo, 1992. Tese (doutor.) PUC-SP.

- SETÚBAL, Ma.Alice S., LOMÔNACO, Beatriz P. A construção do papel do professor: uma experiência com alfabetizadoras. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.75, p.71-8, nov. 1990.
- TEDESCO, Juan Carlos. Alguns aspectos da privatização educacional na América Latina. *Revista do Instituto de Estudos Avançados [USP]*, São Paulo, v.5, n.12 1991.